

Instrumentalização da paisagem da Argemela

JOSÉ PEDRO DOMINGUES CERDEIRA

 <https://doi.org/10.34640/universidademadeira2024cerdeira>



Imagem 1 - Serra da Argemela © José Pedro Domingues Cerdeira

Resumo: A Serra da Argemela, situada entre os concelhos do Fundão e da Covilhã, é um exemplo muito claro da forma como a paisagem é mobilizada para discutir assuntos que vão desde as impressões de um determinado grupo populacional sobre o lugar onde vive, até aos grandes desígnios globais como, por exemplo, as alterações climáticas ou a influência dos conflitos bélicos. Numa instabilidade crescente sobre o destino desta serra, questiona-se o sentido da paisagem, nomeadamente as formulações de discursos que invocam a paisagem e os grupos sociais que constroem essas mesmas narrativas. Sendo esta serra alvo de posições tão opostas sobre o seu futuro, como se definem e como se discutem as vulnerabilidades e as resiliências, de forma a enquadrar o conjunto de ações a realizar? A acrescentar à dificuldade inerente de organizar uma discussão tão

complexa, dada a multiplicidade de intervenientes e narrativas, terão as populações os dispositivos e a literacia necessários para participarem conscientemente na construção da paisagem?

Palavras-chave: paisagem, território, bem-comum, Serra da Argemela, narrativa.

Abstract: Argemela Mountain, located between the municipalities of Fundão and Covilhã, serves as a clear example of how the landscape can be used to address issues ranging from the perceptions of a particular population group about the place where these people live, to global concerns such as climate change or the impact of armed conflicts. In a growing instability about the fate of this mountain, the meaning of the landscape is questioned, particularly regarding the discourses that shape it and the social groups that create these narratives. Given the opposing views on what the future of the mountain should look like, how can we define and discuss the set of vulnerabilities and resilience in order to guide future actions? Additionally, the challenge of organizing a discussion that involves so many different actors and narratives can be overwhelming. Do the populations have the necessary tools and literacy to consciously participate in shaping the landscape?

Keywords: landscape, territory, common good, Argemela Mountain, narrative

Na imagem 1, uma fotografia tirada a partir da freguesia do Barco, Covilhã, observa-se um ambiente tipicamente reconhecido como um arquétipo da paisagem rural no país. Em primeiro plano surge o núcleo urbano da aldeia do Barco, concentrado e agregado, localizado a norte das margens do rio Zêzere, que atravessa o Barco e separa a população do monte adjacente, a Serra da Argemela. Muitos considerarão, principalmente quem visita esta freguesia, que se trata de um cenário idílico, de aparente tranquilidade, salientando a qualidade da vida rural, a beleza do ambiente natural e o confronto com a ação humana, visível a partir das suas atividades económicas e formas construídas no território. Esta é certamente uma visão possível sobre esta paisagem, embora não abarque a verdadeira complexidade que está subjacente a este contexto.

Procurando evidenciar as múltiplas camadas de sentido que compõem uma paisagem, apresenta-se um escrito de Orlando Ribeiro relativo aos territórios serpenteados pelo rio Zêzere:

A área de xisto do centro do País, profundamente entalhada pelo Zêzere e pelos seus afluentes, é singularmente desprovida de núcleos urbanos e só tarde se abriu a novas vias de comunicação.

É conhecida a pobreza dos solos formados nesta rocha, dissecada num mar de cabeços que, multiplicando os pendores, reduz a espessura deles a dimensões esqueléticas. Por isso, o povoamento, em unidades numerosas mas sempre modestas, acompanha o fundo dos vales e as beiradas dos ribeiros, aproveita uma e outra rechã e apenas se desenvolve nos alvéolos tectónicos ou erosivos – sítios de eleição tanto da policultura regada como do olival, onde se encontram as maiores povoações.

A ocupação agrária é assim descontínua e insular, em manchas ou faixas, herdadas de arroteias que exploram o menos miserável desta terra pobre. Cabeços e encostas ficaram de charneca, em que, por selecção das espécies comestíveis pelo gado, predomina a esteva, com a sua resina odorante no tempo quente e, na Primavera, as grandes flores brancas, duma beleza intensa mas efémera. (RIBEIRO, 1970: 103)

Nesta breve passagem relativa aos territórios do xisto na Beira Baixa, compreende-se uma leitura sintética, mas complexa, sobre a profundidade inerente aos lugares e aos sistemas de relações que se estabelecem entre as diferentes dimensões da paisagem. Das condicionantes geológicas, às capacidades agrícolas, aos assentamentos populacionais, à pobreza generalizada e ao lado sensorial e poético, Orlando Ribeiro aprofunda este olhar sobre o lugar, desdobrando os seus significados e leituras possíveis.¹

Contudo, a polissemia de significados atribuída, por vezes, à paisagem intensifica a confusão e a dificuldade em estruturar o pensamento sobre o território. Por um lado, os múltiplos campos disciplinares que utilizam, de forma variada, o conceito – a geografia, a geologia, a ecologia, a engenharia florestal, o urbanismo, a arquitetura paisagista, as artes – e, por outro lado, a fixação de determinadas narrativas que são potenciadas e partilhadas pelos dispositivos de distribuição de imagens e discursos, nomeadamente as redes sociais. A sobreposição da emergência climática ou a preservação forçada de paisagens consideradas extraordinárias são alguns desses discursos dominantes, resultantes de olhares segmentados que ocupam a discussão em torno da paisagem e ganham mais ou menos adesão, consoante o seu poder de visibilidade e influência.

Assim, mais importante do que estabilizar um conceito de paisagem ou adotar uma forma de ver, importa compreender, por um lado, o conjunto de referentes e discursos associados a um determinado lugar e, por outro lado, evidenciar que grupos sociais ou indivíduos apelam e constroem determinada narrativa.² Partindo deste entendimento da operacionalidade da paisagem, admite-se aqui uma dimensão política inerente à condição da paisagem, quando esta é entendida como uma construção social, como explica Henri Lefebvre, com o que tudo isso implica de consenso e conflito, negociação, poder, legitimação, imposição ou aceitação.” (TRAVASSO & DOMINGUES, 2015: 34). Admitindo esta visão, torna-se pouco pertinente falar de paisagem como se se tratasse de algo estável, permanente e

¹ “a precisão, o recorte literário, a clareza do modo de construir o objecto de estudo da geografia. Do cheiro da esteva, às dificuldades da vida, à geologia, à crítica da confiscação dos baldios, a síntese sobre a paisagem permitia sucessivos desdobramentos e nexos explicativos que cumpriam o desafio do conhecimento próprio da “ciência dos lugares”. (DOMINGUES, 2021: 11)

² “Desse ruído constante se perceberá quem fala e de que fala; que argumentos usa e como os defende; quem está contra e como se manifesta; quem não se faz ouvir; ou que interesses públicos e privados estão em jogo.” (DOMINGUES, 2021: 13).

imóvel, porque também ela é o reflexo das transformações dos tempos – sociedades diversas, mercados globalizados, transferências culturais e de pensamento – que são um desafio às questões identitárias, já que mudam profundamente a forma e o sentido que as sociedades estabelecem com os lugares habitados.³

A paisagem, que implica a todos, permite recentrar o conceito numa ideia de espaço comum, de espaço partilhado; uma construção social que está em constante renegociação entre os diferentes visados e promove “a consciência cívica da «casa comum» – a representação e a acção através da qual se definem modos de partilhar a esfera pública” (TRAVASSO & DOMINGUES, 2015: 36). Esta mobilização da paisagem enquanto dispositivo de discussão dos bens comuns permite estabelecer novos diálogos com o território e envolver as populações de forma a contrariar uma certa alienação a que se assiste atualmente, e em que “as nossas identidades, são agora moldadas por uma ótica mais globalizada, muitas vezes com pouca relação com as nossas comunidades” (RODRIGUES, 2021: 16). Assim, entender a paisagem, numa perspetiva de bem comum, permite aprofundar uma ideia de processo no qual o objetivo pressupõe compreender a pluralidade de vivências e reflexões em que se mobiliza a paisagem. Ao integrarmos neste processo o conjunto de apropriações individuais e coletivas que fazem confluír o simbólico e o factual, que incorporam separadamente dimensões pessoais e subjetivas, imaginárias e praticadas, atenta-se a uma renovação da operacionalidade que a paisagem pode ter para discutir os territórios vividos. Além disso, esta lógica pode surgir como antídoto para a indiferença e a incapacidade face à dificuldade em falar acerca do território, evitando “que os deveres sociais [sejam] esquecidos, e em que o ser humano é visto como alguém que vive de forma quase virtual, sem relação com o seu território e sem as responsabilidades que deve assumir perante a sua comunidade” (RODRIGUES, 2021: 82).

Contudo, abordar a paisagem num sentido de “casa comum” implica aceitar um estado permanente de instabilidade como é, aliás, típico dos processos mais democráticos, tendo em conta o conjunto variado de atores e interesses convocados. É neste seguimento que Anne Sgard introduz uma série de questões, evidenciando a complexidade inerente a este tema:

Que espécie de paisagem temos em comum? Abordada enquanto bem comum, a paisagem implica definir um perímetro e não apenas um sítio, mas, acerca do comum: que coletivo? Qual a escala? Que valores comuns? Que legitimidade ao afirmar esses valores comuns? Que projeto? Que formas de regulação (*gouvernance*)? O bem comum corresponde a uma

³ “nem a identidade nem a paisagem dizem respeito a questões que se possam fixar, consensualizar ou entender como totalidades – do que falamos é de processos por vezes bastante problemáticos e instáveis; do que falamos é de construções culturais/sociais que têm a sua geografia política, jogos de interesses, poderes mal distribuídos sobre quem tem maior ou menor legitimidade e poder para impor esta ou aquela narrativa.” (DOMINGUES, 2021: 16).

categoria a ser preenchida pelo uso, pela negociação, pelo conflito. A paisagem permite (em alguns casos, obriga) sair das malhas administrativas e dos recortes políticos institucionais para procurar outras lógicas de intervenção.” (SGARD, 2011: 227).

Esta sequência de interrogações evidencia a dificuldade que é construir um discurso estável e coerente sobre uma determinada paisagem, sobre a sua identidade. No entanto, mais do que a estabilização de um determinado modo de ver, talvez seja mais importante assimilar esta mutabilidade incessante como um guia para uma nova expressão cultural, tendo em consideração que já “não há comunidades situadas, presas aos lugares; não existem fronteiras para o pensamento e para a cultura; não existem condições culturais que permitam a longa estabilidade temporal das permanências vernaculares” (DOMINGUES, 2011: 235).

*

A elaboração desta reflexão sobre o panorama da paisagem permite recuperar novamente a Serra da Argemela, para aprofundar esta ideia de paisagem enquanto “casa comum”, o que pressupõe a tarefa complexa de definir vulnerabilidades e resiliências no seu contexto específico, tendo em conta que estas também são o resultado de uma negociação e avaliação.

Nos últimos anos, esta serra tem sido amplamente discutida a nível nacional, por se tratar de um dos locais com grandes concentrações de lítio, um metal essencial para atingir as metas europeias e respeitar os acordos de Paris relativamente à descarbonização, à transição energética e, mais recentemente, uma maior independência energética, necessidade acentuada pela guerra na Europa (SILVA & FERNANDES, 2020). Neste sentido, o governo português tem promovido contratos de exploração em várias zonas do país, onde se inclui a Argemela, para iniciar a extração deste mineral tão essencial para produzir derivados, como é o caso das baterias. Nesta matéria do lítio, Portugal é um parceiro essencial para a Europa, já que se calcula que tenha as maiores reservas desta matéria-prima no continente europeu (RIBEIRO, 2022), tornando o país num parceiro chave para reduzir a dependência externa que a Europa tem relativamente a esses metais.

Contudo, se, do ponto de vista das movimentações e interesses globais assumidos pelo governo, esta iniciativa de exploração faz sentido, localmente, a interpretação que é feita corresponde à obliteração do lugar onde vivem as populações. Desde que surgiu este interesse pelo lítio na Serra da Argemela, iniciaram-se várias contestações que envolvem as populações habitantes da zona, grupos ambientalistas, autarcas locais e agentes e

empresários turísticos e agrícolas, que se demarcam da posição tomada pelas autoridades políticas.⁴ A paisagem surge, deste modo, como um argumento de defesa destes grupos sociais, que vai desde a qualidade ambiental que a serra mantém, ao património histórico encontrado, como é o caso dos castros. Além disso, contesta-se a degradação ambiental que provocará impactos acrescidos na saúde e bem-estar das populações[2] e nas atividades humanas que ocorrem na região.⁵ A exploração do lítio alterará, de forma profunda e irremediável, a serra da Argemela, destruindo o espaço físico das memórias das populações que vivem e viveram naquele lugar.

Neste processo, as autoridades políticas nacionais também assumiram uma postura pouco comunicativa, não informando sequer as populações do tipo de transformações que serão necessárias para avançar com a extração. Tendo em conta a situação, os municípios abrangidos apresentaram candidaturas para patrimonializar os castros e classificar a serra enquanto património natural, medidas que pretendem bloquear a concessão da exploração mineira. Os municípios acrescentam, ainda, preocupações relativamente ao impacto que o lítio poderia trazer para as fileiras da indústria agroalimentar ou do turismo de natureza, duas atividades económicas com crescente relevância nesta região (NEVES, 2022).

A imagem de paisagem serena apresentada no início deste artigo é confrontada, assim, com uma discussão turbulenta, evidenciando a Serra da Argemela enquanto dispositivo político. Estes discursos permitem, deste modo, sintetizar os dois mecanismos de construção da ideia de paisagem neste contexto: por um lado, a promoção da paisagem do lítio pelas autoridades políticas, tendo em conta os acordos ambientais, redução da dependência energética e o encaixe financeiro para o país; e, por outro lado, convocam-se de forma unânime as populações, que promovem o valor patrimonial, ambiental e cultural da paisagem como forma de resistência. É neste sentido que se pode questionar, por vezes, a aparente passividade da paisagem num determinado contexto:

devem também entender-se as suas componentes instrumentais e operacionais, questionando “para que serve ou a quem serve” – desde os grandes desígnios colectivos planetários, agora muito em voga, até aos pequenos e grandes interesses privados locais e regionais. Esta concepção construtivista de território aconselha a não fechar demasiado qualquer conceito de território em racionalidades tecno-científicas absolutas porque lhe

⁴ “o GPSA organizou a acção de protesto «Salvar Argemela», na aldeia do Barco, a qual mobilizou as populações locais, os autarcas e diversos políticos e ambientalistas.” (SANTOS, 2020)

⁵ “Barco está de luto e as freguesias mais próximas da Serra estão de luto. Têm faixas e fitas pretas contra a exploração de lítio.” O povo não quer a exploração, é prejudicial à saúde”, protesta Alfredo Serra, 73 anos, ex-motorista que agora ocupa o tempo na horta junto à casa. [...] “É mau para as pessoas aqui da terra, faz mal à saúde”, diz Maria da Graça. Completa a Lúcia.: “A exploração de lítio é mesmo em cima de nós, está à nossa frente, vai ser barulho, poeiras, metais ao ar, vai poluir o nosso rio, as nossas terras. “Pensam que nos vão esmagar? O dinheiro não é tudo””. (NEVES, 2022).

faltariam as razões sociais que tornam esta ou aquela dimensão territorial (e o respectivo modo de argumentação) numa questão pouco ou muito prioritária ou consensual, ou bem ou mal colocada. (TRAVASSO & DOMINGUES, 2015: 35)

Aprofundar temas de paisagem ou território num determinado contexto implica assimilar as tais razões sociais, permitindo, muitas vezes, revelar o conjunto de razões e contradições que constroem a “casa comum”. Assim sendo, não é menos importante referir que nos mesmos concelhos em que a Serra da Argemela está inserida, também se encontram as Minas da Panasqueira, as quais estão a atravessar um processo de valorização turística pelos municípios do Fundão e da Covilhã (LUSA, 2020). A extração de minérios nestas minas já perdura há mais de 120 anos, o que levou à fixação de um património mineiro que se pretende proteger e divulgar. Não obstante, é bem visível o impacto físico e ambiental que as escombreiras produziram no território, embora, neste caso, o discurso seja o da valorização das várias componentes que estruturam as minas, ou seja, a vila que foi construída para acolher os trabalhadores e respetivas famílias, as estruturas que extraem e processam os minérios e o encantamento visual das escombreiras.

Em julho de 2023, no âmbito de um seminário de verão promovido no Fundão, pelo projeto FERTILE FUTURES (representação oficial portuguesa na 18.ª Exposição Internacional de Arquitetura na Bienal de Veneza), as escombreiras das minas da Panasqueira foram objeto de um “workshop orientado por Guida Marques [que] procurou explorar a relação com a água, a ruralidade, a ancestralidade e o futuro”, dando a ver, justamente, esse impacto físico e ambiental (GARCIA, NEIVA e AGUIAR, 2023).⁶

Colocando lado a lado a Serra da Argemela e as Minas da Panasqueira, compreende-se que, para situações relativamente semelhantes, as respostas sejam tão opostas e paradoxais. Em matéria de paisagem, é no conflito, na oposição e na negociação que se mantém uma tensão permanente, a qual é alimentada pelos interesses, incertezas e contradições da sociedade, que regulam e condicionam o que se faz na dita paisagem.⁷ Por estes motivos, a discussão em torno da mesma é complexa e não linear, dificultando, deste modo, a estabilização de uma determinada visão e identidade partilhada pela população e

⁶ Com este workshop, Guida Marques propôs “uma ação clara de reconquista destes lugares para que possam ser reparados, como ato de afeto e o empoderamento a quem pertencem aquelas terras. Como se reconquista o afeto e como reparar são as perguntas permanentes e levantadas por este ato performativo.” (GARCIA, NEIVA e AGUIAR, 2023).

⁷ “A tensão permanente entre a preservação/destruição; estabilidade/ameaça; prazer/descontentamento; aceitação/ negação; incerteza/convicção, etc., produzem uma tensão constante que encontra na própria diversidade e contradição sociais uma fonte de consciência e racionalidade agónica, ávida de confronto, negociação, normatividade, imposições, penalizações, de modo a regular essa conflitualidade.”, (MORILLAS, 2003, *apud* DOMINGUES, 2018: 26).

complexificando a tarefa de definir o conjunto de vulnerabilidades ou resiliências de uma determinada paisagem.



Imagem 2 – Performance “Reparar/Repair”, um dos momentos do workshop orientado por Guida Marques - Seminário Internacional de Verão de *Fertile Futures*, Representação Oficial Portuguesa na 18.ª Exposição Internacional de Arquitectura — *La Biennale di Venezia*. Fundão, 2023.
© Alexandre Delmar & Maria Ruivo

Quando se pensa nas vulnerabilidades de um determinado contexto, nomeadamente no seu grau de exposição aos desastres naturais, facilmente há consensos para determinar esses riscos, já que se trata de uma ameaça evidente a todas as atividades humanas.⁸ Por

⁸ “Thus, it is a misnomer to talk about “natural” disasters as if they could exist outside of the actions and decisions of human beings and their societies [...] – “natural” disaster agents have social consequences only because of the

outro lado, quando falamos de casos como a Paisagem do Douro Vinhateiro, a sua narrativa identitária é um fator de enorme resiliência e estabilidade; uma paisagem cujo factor de maior incerteza será provavelmente a atualização de novas formas de produção vinícola que podem colocar em causa essa narrativa cultural.

A questão é que, ao contrário destes casos, a avaliação do risco (no caso das vulnerabilidades) ou da sua superação ou mitigação (no caso da resiliência) nem sempre é consensual. Isto porque, num determinado contexto, importa compreender o vínculo de um coletivo social “em torno das questões, dos actores, da estrutura social dos campos em presença, dos argumentos, dos poderes e contrapoderes, dos implicados e dos excluídos, da acção do Estado em matérias de provisão e regulação de bens e de serviços públicos, da mercantilização da paisagem, do envolvimento dos meios de comunicação, dos “lugares/territórios” da paisagem” (DOMINGUES, 2018: 26-27). Portanto, e como se referiu anteriormente, importa sobretudo estar consciente do carácter conflitual que é próprio dos bens-comuns, categoria onde se insere o território. Compreender quem são os prejudicados e quem define as vulnerabilidades ou, pelo contrário, quem são os beneficiários e quem define o que é resiliente, implica entender a paisagem enquanto um processo de ações continuadas que vai definindo os modos de partilhar a esfera pública.⁹

Retomando novamente a Serra da Argemela, e atendendo ao raciocínio anterior, percebe-se como a vulnerabilidade e a resiliência entram em conflito, dependendo de quem estiver a falar. Por um lado, aos olhos das autoridades políticas nacionais, a exploração mineira do lítio é um recurso valioso para potenciar o crescimento económico, evitar a dependência de energias não-renováveis, reduzir as emissões de carbono e inclusive proteger o ambiente, ou seja, uma ação que amplifica a resiliência do país com um custo localizado. Pode-se afirmar que o país potencia a sua resiliência em vários âmbitos, embora, por outro lado, as populações do Barco encarem esta possibilidade como uma catástrofe que vai transformar, de forma irreconhecível, o cenário das memórias de centenas de pessoas. Faz-se então a pergunta: como se define, num determinado lugar, o conjunto de fatores que o tornam vulnerável ou resiliente? A resposta a esta pergunta parece, em muitos casos, tarefa simples, embora, como

activities of involved communities, before, during, and after the impact of a disaster.”, (QUARANTELLI, 2005 *apud* SALGUEIRO & BONATI, 2015: 6960).

⁹ “É a consciência cívica da “casa comum” – a representação e a acção através da qual se definem modos de partilhar a esfera pública – que designa a territorialidade e o grau de conflito em torno das coisas pensadas territorialmente. Como o território não pode ser pensado apenas como um “objecto” mas como uma resultante mais ou menos instável de ações continuadas “sobre o território” – um processo e não uma coisa -, também facilmente se compreenderá a facilidade com que oscilamos entre uma visão sistémica e articulada de território, e a súbita fragmentação em representações truncadas, focadas ou divididas em colagens e elementos soltos – processual, múltiplo, heterogéneo e conflitual são, entre outros, adjectivos constitutivos de qualquer ideia de território.” (TRAVASSO & DOMINGUES, 2015: 36).

já se verificou, analisar o “território tem pouco de tecnocracia mesmo que assim pareça; é, sobretudo, mergulhar a fundo na própria sociedade, no seu potencial de relação e de conflitualidade, na contingência e na permanente instabilidade” (DOMINGUES, 2018: 25).

*

Compreende-se, assim, quão complexa é a tarefa de utilizar a paisagem enquanto um modelo para discutir a “casa comum”. Uma complexidade que resulta, essencialmente, da atribuição de diversos sentidos e significados à paisagem, seja por excessiva polissemia, por efeito da banalização de determinados “modos de ver”, por imposição de regimes dominantes de visibilidade (em função das ameaças ambientais, por exemplo), por fragmentação das modalidades de leitura da paisagem em vários campos científicos e na comunicação de senso comum. Paisagem é tudo menos um conceito claro e estável.

Contudo, a paisagem, enquanto conceito operativo de comunicação/ação de claro conteúdo político (sujeito a discussão, construção de consensos ou dissensos) e estético (altamente sensível a uma diversidade de interpretações, emoções, racionalidades),^{10[1]}, torna-se num dispositivo que, “paisagificando”¹¹ questões e razões, mobiliza interesses e narrativas que variam perante o julgamento dos diferentes grupos sociais e as suas profundas desigualdades em termos de influência, visibilidade social, poder de legitimação, etc., e que ganham adesão, consoante a persistência e influência dos regimes de visibilidade.

A dificuldade está em garantir um processo capaz de organizar as múltiplas visões e os muitos interesses que invocam e constroem a ideia de paisagem. Um processo que nem é linear nem homogêneo, tendo em consideração a enorme dispersão nas várias áreas do saber que argumentam paisagem; nem é inteiramente justo, dadas as diferenças de poder e legitimação dos diferentes grupos sociais que a discutem. Além disso, há uma dificuldade generalizada em compreender os fenómenos da paisagem e as razões relativas à forma como se vai transformando o território: aquilo que se pode denominar de iliteracia da paisagem. Tanto Anne Spirn como Anne Sgard identificam o problema da inexistência de uma linguagem comum, mais clara e rigorosa, que seja capaz de abarcar as múltiplas interpretações e conceptualizações da paisagem, assim como um efetivo diálogo/debate alargado a todos. Anne Spirn identifica a problemática da linguagem como fulcral, já que “os métodos dos quais

¹⁰ “Cette relation elle se dit, elle s’exprime par des mots, des images, des pratiques, elle s’inscrit dans des normes et des préconisations, parfois dans des lois et des règlements, elle nourrit des projets individuels ou collectifs. Quand cette relation est posée comme un enjeu, elle est débattue et le paysage se retrouve discuté, autour de ses qualités, de ses valeurs, de son devenir: il devient politique.” (SGARD, 2011: 75).

¹¹ Conceito utilizado por Álvaro Domingues (DOMINGUES, 2021: 13).

os autores combinam elementos individuais para compor paisagens, a retórica que utilizam e a agenda ideológica que promovem estão sujeitas ao pragmatismo, poética e polémica da linguagem da paisagem.” (SPIRN, 1998: 188). Admite-se, assim, que são ainda poucos os meios e/ou dispositivos para discutir a paisagem e que é necessário encontrar metodologias operacionalizáveis que englobem um conjunto maior de pessoas.

*

Posto isto, ensaia-se sobre a possibilidade de criar um dispositivo capaz de expor a paisagem nas suas variadas camadas e discursos, apresentando num só lugar essa matéria que é tantas vezes conflituante. Desta forma, os diferentes modos de ver e pensar a paisagem poderiam potenciar as capacidades narrativas associadas à mesma e que tanto permitem compreender a forma como uma sociedade se projeta no território como também esboçar o futuro. Assim, este dispositivo podia ser entendido como um Observatório da Paisagem que teria como aspetos basilares o de assumir um diálogo operativo entre a paisagem e a população, sendo que, para isso, teria de proporcionar a discussão, a exposição e a interação, promovendo a aprendizagem, o questionamento e a informação.

Sugere-se, deste modo, um novo organismo público que atue como difusor das problemáticas associadas à paisagem, sendo o mesmo associado a um território a determinar e não procurando que o observatório se especialize necessariamente num tema em específico. Transpondo para a situação concreta do território em discussão, seria do interesse do observatório atuar talvez sobre toda a região da Beira Interior ao invés de priorizar apenas a Serra da Argemela, já que o sentido do observatório está em promover a literacia da paisagem junto das populações e não na resolução de conflitos. Assim, o observatório enquadrar-se-á conceptualmente em experiências já realizadas tanto no contexto desta região como fora dela e no seu potencial de relação com novas políticas de ordenamento do território.

Uma dessas outras experiências que poderá funcionar como modelo inspirador do Observatório da Paisagem que aqui propomos é o projeto “The Outlooking Tower”, elaborado por Patrick Geddes em 1892, que procurou expor o território de Edimburgo tanto a partir da observação direta do olhar como, de forma indireta, através do auxílio de representações como mapas, desenhos, fotografias e modelos. Geddes observava na sociedade do seu tempo uma desassociação entre o indivíduo e o seu ambiente. Daí ter proposto a construção de uma torre de observação para refundar essa relação, já que os cidadãos não dispunham dos meios

para compreenderem o lugar onde habitavam, dificultando, assim, o exercício da sua cidadania. A torre pretendia, desta forma, reeducar os cidadãos e provocá-los relativamente à forma como percecionavam o lugar onde habitavam, para que os mesmos expandissem o conhecimento sobre a relação entre o ser humano e o seu ambiente, permitindo, deste modo, amplificar o exercício cívico, estudando e propondo novas conceções para a urbanidade. O autor defendia, deste modo, que “knowledge of reality may be obtained through projections of a multitude of distinct, specific scientific observations, but this multiplicity must always be reappraised in the light of a synoptic vision encompassing them all.” (CHABARD, 2001: 64-73).

Outra experiência que vai ao encontro dos preceitos desejáveis para o Observatório da Paisagem foi a que resultou do Seminário Internacional de Verão organizado no âmbito do FERTILE FUTURES, projeto que, em 2023, foi escolhido como Representação Oficial Portuguesa na 18.^a Exposição Internacional de Arquitetura – La Biennale di Venezia. O seminário decorreu entre 10 e 22 de julho de 2023, no Fundão, tendo como foco a escassez de água doce no território.¹² A iniciativa juntou 70 alunos de arquitetura de diversas nacionalidades que foram distribuídos por sete equipas de arquitetura e que se propuseram a fazer instalações e “performances” em diferentes lugares do território, problematizando as questões em torno da água doce. Assim, desdobrando-se num conjunto de iniciativas realizadas em vários locais, explorou-se o significado da água e a relação que a mesma tem com as populações que habitam este território. Serve de exemplo o workshop “Fo(u)r”, orientado pelo Ponto Atelier, em que se construiu um espelho de água no Centro de Migrações do Fundão, num gesto colaborativo que envolveu tanto os alunos do seminário, como refugiados que habitam este centro, “reescrevendo o valor simbólico e espiritual da água e estabelecendo um novo centro de reencontro entre diferentes culturas e gerações” (GARCIA, NEIVA e AGUIAR, 2023).

¹² Sobre este seminário, ver informação disponível no website do projeto FERTILE FUTURES: <https://fertilefutures.pt/seminario-internacional-de-verao/>.



Imagem 3 – Instalação “Fo(u)r”, resultante do workshop orientado pelo Ponto Atelier - Seminário Internacional de Verão de *Fertile Futures*, Representação Oficial Portuguesa na 18.ª Exposição Internacional de Arquitectura — *La Biennale di Venezia*. Fundão, 2023.
© Alexandre Delmar & Maria Ruivo

Para além desta vertente educacional que o observatório pode desempenhar, ele poderia ainda assumir-se enquanto ferramenta de apoio a um dos mais recentes instrumentos de ordenamento do território: a AIGP (Área Integrada de Gestão de Paisagem).¹³ Este novo instrumento mobiliza a paisagem como um método de aproximar a população e o território, com o intuito de fazer uma valorização conjunta da gestão urbanística, agrícola, florestal, etc. Este programa coloca, assim, a transformação da paisagem e o processo participativo como aspetos basilares para inverter o atual estado de desinvestimento nestes territórios, apresentando-se enquanto plataforma onde todos os envolvidos podem discutir e definir, em conjunto, as ações a realizar. Desta forma, o observatório da paisagem podia assumir-se como um dispositivo para a partilha de visões e opiniões inevitavelmente distintas entre os vários envolvidos, fomentando a discussão e informando-a nas suas múltiplas vertentes.

¹³ Consultar Decreto-lei nº 28-A/2020.

A paisagem, sendo um enorme desafio para as sociedades, mobiliza uma crescente consciencialização sobre a relevância que pode ter no desenvolvimento de um contexto geográfico específico – sociedade e território. Algo que se começa a verificar em Portugal através de experiências como as dos Laboratórios da Paisagem de Guimarães, da Charneca, de Paredes de Coura, do sistema de informação de apoio e gestão à paisagem dos Açores e do Museu da Paisagem, este último com sede digital. Estes laboratórios e observatórios, embora, por vezes, tenham um enfoque especial nas questões da ecologia, procuram também consagrar o diálogo, a investigação, a exposição e o diagnóstico da paisagem com o objetivo de promover a qualidade de vida e a integração de várias vozes nela implicadas.¹⁴ Pioneiros em Portugal, estes projetos pretendem criar diálogos operativos com a paisagem, estabelecendo parcerias com os centros de investigação e contatos com os centros de decisão (ex. Câmaras Municipais), promovendo atividades e projetos que envolvam os cidadãos.

Num sentido semelhante embora renovado, o observatório da paisagem que aqui propomos para a região da Serra da Argemela poderia desenvolver uma metodologia que explorasse e questionasse a mente de quem olha e experiencia essa paisagem, promovendo a elaboração de narrativas e de conhecimento, evitando a propagação de perspetivas estáticas sobre a paisagem. Com o recurso a programas escolares, atividades participativas, exposições e experiências de variado tipo, o observatório, tendo em conta o que se discute e o que recolhe, pode ir desenhando o seu programa, apresentando uma estrutura flexível e ajustável, apta para observar os fenómenos da paisagem. Para além de potenciar e poder disponibilizar o conhecimento local a todos os que quisessem participar, podia ainda ser uma ferramenta útil na concretização e elaboração das várias políticas de ordenamento do território que estão em vigor.

Em suma, um observatório da paisagem apresenta-se como um instrumento que ambiciona questionar, informar e expor o lugar ao cidadão que o vivencia, dando-lhe ferramentas para que melhor o possa compreender e “participar” na (re)construção da sua paisagem. Nessa exata medida, um observatório da paisagem pode ser um espaço de diálogo, de negociação de conflitos e de ação, apoiando-se nas estruturas e instituições do lugar e contribuindo para que a paisagem reconecte o indivíduo ao território, renovando o sentido de identidade.

¹⁴ “Privilegiamos deste modo o conhecimento e o estímulo à inovação através da investigação científica e do apoio ao desenvolvimento de novos projetos na área da sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo em que procuramos transferir este know how para o território e as suas comunidades, alterando hábitos e comportamentos pela sensibilização dos cidadãos.” (Consult. 02 de Jan. 2024) Disponível em: <<https://labpaisagem.pt/sobre/quem-somos/>>.

*

A paisagem é um revelador muito claro da diversidade e da contradição dos saberes científicos, dos interesses e assuntos dominantes num determinado lugar, das narrativas históricas, etc., discursos estes que vão compondo a própria ideia de paisagem nesse mesmo território. Torna-se assim, evidente que a paisagem não é uma materialidade, mas sim um modo de perceção plural, que produz distintas materialidades.¹⁵

A dificuldade que se pretendeu evidenciar relativamente à definição do que são as vulnerabilidades e as resiliências num determinado contexto representa bem a atual crise na gestão das coisas públicas e o desafio inerente ao planeamento. Passada a era áurea dos grandes projetos urbanos e de infraestruturas, torna-se essencial introduzir novas lógicas de pensamento sobre o território, que poderão passar pela “consciência cívica da “casa comum” – a representação e a ação através da qual se definem modos de partilhar a esfera pública – que designa a territorialidade e o grau de conflito em torno das coisas pensadas territorialmente” (TRAVASSO & DOMINGUES, 2015: 36).

A apresentação de cenários diversos e de formas distintas de ver a mesma paisagem capacita o coletivo que a quer (re)pensar para a complexidade de projetar futuros. Por outro lado, facultam aos decisores políticos vários modelos e propostas de intervenção no território. Como nota Álvaro Domingues, a “A crise do território ou da urbanização (cidade é apenas uma metáfora literária) é a crise das coisas públicas, da *res publica*, e só se clarificará quando conseguirmos clarificar quem nos governa, com que objetivos e, sobretudo, como queremos ser governados para lá dos sistemas fechados onde nos colocam” (DOMINGUES, 2018: 28).

As múltiplas formulações que a Serra da Argemela poderá vir a assumir demonstram, de forma clara, que “o modo de olhar o território, não é nem inocente nem estático” (MACEDO, 2012: 308) e que são essenciais novas formulações sobre essas realidades, que amplifiquem as capacidades participativas do seu coletivo, com o intuito de fomentar a democracia.

¹⁵ “Ce positionnement constructiviste implique que si l’on travaille sur les manières de construire les paysages selon les contextes, les lieux, les interlocuteurs, notre objet de recherche n’est plus la matérialité vue, mais les multiples supports et opérations par lesquels ce discours sur la matérialité est exprimé, dialogiquement construit, diffusé, reçu.”, (SGARD, 2011: 42).

Referências Bibliográficas:

- CHABARD, Pierre (2005 [2001]), "The Outlook Tower as an Anamorphosis of the World. Patrick Geddes and the Theme of Vision, *Journal of Generalism & Civics*, trans. Charlotte Ellis, nr. VI (Aug.), pp. 64-73. Disponível em: https://hodgers.com/mike/patrickgeddes/feature_eleven.html.
- Presidência do Conselho de Ministros (2020), "DECRETO-LEI Nº 28-A/2020", *Diário da República*, n.º 123/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020/06/26, pp. 2 - 12. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/28-a/2020/p/cons/19000101/pt/html>.
- DOMINGUES, Álvaro (2011), *Vida no campo*, Porto: Dafne Editora.
- DOMINGUES, Álvaro (2018), "Território, planeamento e outras ficções", *TPU | Território, Planeamento e Urbanismo: teoria e prática*, Aveiro: UAV, pp. 7-29. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/tpu/issue/view/62>
- DOMINGUES, Álvaro (2021), "Paisagens Transgênicas", *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, vol. 56, n.º 118, Lisboa: CEG, pp. 9-24. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/25456>
- GARCIA, Andreia, NEIVA, Ana e AGUIAR, Diogo, coord. (2023), "Seminário Internacional de Verão", FERTILE FUTURES. Representação Oficial Portuguesa na 18.ª Exposição Internacional de Arquitetura na Bienal de Veneza. Disponível em: <https://fertilefutures.pt/seminario-internacional-de-verao/>.
- LUSA (2020), "Covilhã e Fundão vão criar rota turística a partir do património mineiro", *Público*, 31 jul. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/07/31/fugas/noticia/covilha-fundao-va-criar-rota-turistica-partir-patrimonio-mineiro-1926654>
- MACEDO, Marta (2012), *Projectar e Construir a Nação: Engenheiros, Ciência e Território em Portugal no Século XIX*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MORILLAS, José Manuel Martín (2003), *Los sentidos de la violencia*, Granada: Editorial Universidad de Granada.
- NEVES, Céu (2022), "Aldeias em luto pela extração do lítio com os olhos nos lixos da Panasqueira", *Diário de Notícias*, 27 mar.. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/aldeias-em-luto-pela-extracao-do-litio-com-os-olhos-nos-lixos-da-panasqueira-14714908.html>
- QUARANTELLI, E. L. (2005), "20: A Social Science Research Agenda for the Disasters of the 21st Century: Theoretical, Methodological and Empirical Issues and their Professional Implementation", *What is a disaster? New answers to old questions*, eds. Ronald W. Perry E.L. Quarantelli, s.l.: International Research Committee on Disasters, pp. 325-396.
- RIBEIRO, Luís Reis (2022), "Lítio, o debate polarizador de 2022", *Dinheiro Vivo*, 1 jan.. Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/opiniao/litio-o-debate-polarizador-de-2022-14452402.html>
- RIBEIRO, Orlando (1970), "A Sertã: pequeno centro na área de xisto da Beira Baixa [Sertã: small center in the Beira Baixa shale area]", *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, n.º 9, Lisboa: CEG, pp. 103-112.
- RODRIGUES, João Ferro (2021), *A Era do Nós: Proposta para uma Democracia do bem comum*, Lisboa: Objectiva.
- SALGUEIRO, Ana, & BONATI, Sara (2015), "Literacia da Paisagem e do risco: educação e participação local na reinvenção de uma democracia glocal", *ANAIS XII CONLAB, Livro de Atas do 1º Congresso da*

Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, Lisboa: Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, pp. 6957-6971.

SANTOS, Vitalino José (2020), "Lítio ou não lítio em questão na serra da Argemela", *Sinal Aberto*. Disponível em: <https://sinalaberto.pt/litio-ou-nao-litio-em-questao-na-serra-da-argemela/>

SGARD, Anne, (2011), *Le partage du paysage*, (Tese de Doutoramento), Grenoble: Université de Grenoble, Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00686995> .

SILVA, Augusto Santos, & FERNANDES, João Pedro Matos (2020), *Acordo De Paris 2015 - 2020*, Lisboa: República Portuguesa, Ambiente e Ação Climática.

SPIRN, Anne Whiston (1998), *The language of landscape*, New Haven e Londres: Yale University Press.

TRAVASSO, Nuno, & DOMINGUES, Álvaro (2015), *Território: Casa Comum*, Vila Nova de Famalicão: FAUP.

José Pedro Cerdeira

Formou-se na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP) em 2022, tendo realizado durante a formação um intercâmbio de 6 meses na Escola de Arquitetura e Design de Oslo (AHO). Exerceu funções de monitor na cadeira de Construção 1, durante um período de 6 meses na FAUP. Ao longo do seu percurso académico foi demonstrando um interesse alargado pelas temáticas relacionadas com a paisagem e o território, terminando o curso com a apresentação da dissertação intitulada de: *A operacionalidade da paisagem - Serra da Gardunha como hipótese*, tendo como orientador Álvaro Domingues.